

César Barros Leal

Procurador do Estado do Ceará. Professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos. Doutor em Direito pela Universidade Nacional Autônoma do México. Pós-doutor em Estudos Latino-americanos pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM. Pós-doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

PRISÕES

O Rosto Mais Sombrio da Justiça Criminal

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-091-1

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Leal, César Barros.

L435 Prisões: o rosto mais sombrio da justiça criminal./
César Barros Leal./ Curitiba: Jurua, 2020.
280p.

1. Direito penal. 2. Prisões – Aspectos sociais.
3. Justiça restaurativa

CDD 345.05 (22.ed)
CDU 343.24

000005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
PRIMEIRAS PALAVRAS	25
Capítulo I	
CRÔNICAS DE TRAGÉDIAS ANUNCIADAS	29
1.1 INTRODUÇÃO	29
1.2 O PODERIO DAS FACÇÕES.....	30
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
Capítulo II	
VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL	33
2.1 INTRODUÇÃO	33
2.2 OS MÚLTIPLOS ROSTOS DA VIOLÊNCIA.....	35
2.3 A SEGURANÇA PÚBLICA E OS DIREITOS HUMANOS.....	36
2.4 O PAPEL DA POLÍCIA E DA SOCIEDADE.....	41
2.5 O ENCARCERAMENTO MASSIVO E SEUS EFEITOS ADVERSOS	44
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
Capítulo III	
AS PENAS EM EVOLUÇÃO: UM VOO DE PÁSSARO	51
3.1 INTRODUÇÃO.....	51
3.2 A TRAJETÓRIA DO DIREITO PENAL.....	53
3.3 AS PRISÕES. A PRISIONIZAÇÃO	54
3.4 OS CENTROS JUVENIS	59
3.5 AS SANÇÕES ALTERNATIVAS À PRIVAÇÃO DA LIBERDADE	60
3.6 A JUSTIÇA RESTAURATIVA QUE TODOS QUEREMOS	62
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63

Capítulo IV

UMA RENOVADA VIAGEM VIRTUAL AO INTERIOR DAS PRISÕES	65
4.1 INTRODUÇÃO.....	65
4.2 SE TIVER SORTE.....	66
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70

Capítulo V

A SUPERLOTAÇÃO NOS CÁRCERES E O MENOSCABO À SUA DIMENSÃO HUMANA.....	71
5.1 INTRODUÇÃO.....	71
5.2 A SUPERLOTAÇÃO	72
5.3 FATORES DA SUPERLOTAÇÃO.....	77
5.4 AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA SUPERLOTAÇÃO	79
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84

Capítulo VI

O AUTOGOVERNO E O COGOVERNO	87
6.1 INTRODUÇÃO.....	87
6.2 UM RELATO CARREGADO DE SIMBOLOGIA.....	88
6.3 RECOMENDAÇÕES	90
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92

Capítulo VII

A SITUAÇÃO DAS MULHERES PRIVADAS DE SUA LIBERDADE E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO.....	93
7.1 INTRODUÇÃO.....	93
7.2 A EXPANSÃO DAS DROGAS.....	96
7.3 A GRAVIDEZ E SUAS CONSEQUÊNCIAS	97
7.4 A SEXUALIDADE E A VISITA ÍNTIMA	99
7.5 AS PRESAS ESTRANGEIRAS.....	102
7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

Capítulo VIII

OS DIREITOS SOCIAIS INTRAMUROS. SUA PRECARIZAÇÃO. A MENSAGEM DOS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	105
8.1 INTRODUÇÃO.....	105
8.2 OS DIREITOS DOS PRESOS.....	106
8.3 OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DOS PRESOS.....	108

8.4	A ASSISTÊNCIA À SAÚDE	112
8.5	O TRABALHO PRISIONAL	118
8.6	A ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	120
8.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

Capítulo IX

A FRAUDE DA PRISÃO COMO AGÊNCIA TERAPÊUTICA

9.1	INTRODUÇÃO	125
9.2	A REABILITAÇÃO E A REINserÇÃO SOCIAL	126
9.3	UMA QUESTÃO EM ABERTO	129
9.4	AS METAS FORMAIS E INFORMAIS	131
9.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132

Capítulo X

A EXECUÇÃO PENAL E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: REVISITANDO CASOS EMBLEMÁTICOS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

10.1	INTRODUÇÃO	135
10.2	O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	136
10.2.1	A Comissão Interamericana de Direitos Humanos	137
10.2.2	A Corte Interamericana de Direitos Humanos	139
10.3	A CORTE E O SISTEMA PENITENCIÁRIO	140
10.4	AS MEDIDAS PROVISÓRIAS E CASOS EMBLEMÁTICOS NO ÂMBITO PENITENCIÁRIO	142
10.4.1	O Urso Branco, em Porto Velho, Rondônia	144
10.4.2	As Penitenciárias de Mendoza, na Argentina	145
10.4.3	O Centro Penitenciário Região Capital El Rodeo I e El Rodeo II, na Venezuela	145
10.4.4	O Internato Judicial de Monaguas (Pica), na Venezuela	146
10.4.5	O Centro Penitenciário Região Capital Yare I e Yare II, na Venezuela	146
10.4.6	O Centro Penitenciário da Região Centro Ocidental (Cárcere de Uribana), na Venezuela	146
10.4.7	A Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira, em Araraquara, São Paulo	147
10.4.8	O Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão	147
10.4.9	O Complexo Penitenciário de Curado, em Pernambuco	148
10.5	AS MEDIDAS PROVISÓRIAS: APONTAMENTOS COMPLEMENTARES	148
10.6	O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	150
10.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152

Capítulo XI

A JUSTIÇA RESTAURATIVA EM PRISÃO E O PRINCÍPIO DE HUMANIDADE. PRÁTICAS EXITOSAS	153
11.1 INTRODUÇÃO.....	153
11.2 O CÁRCERE DE BELLAVISTA E A ÁRVORE SICÔMORA.....	154
11.3 A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O MODELO APAC DE PRISÃO VIRTUOSA	156
11.4 O PRINCÍPIO DE HUMANIDADE.....	157
11.5 A MEDIAÇÃO.....	163
11.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164

Capítulo XII

O MODELO DAS REGRAS DE MANDELA E DAS REGRAS DE BANGKOK	167
12.1 INTRODUÇÃO.....	167
12.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	167
12.3 O PROCESSO REVISIONAL	168
12.4 PARTICULARIDADES E EXEMPLOS.....	169
12.5 EM BUSCA DE UM MODELO MÍNIMO	173
12.6 RESPONDENDO ÀS INTERROGAÇÕES.....	174
12.7 AS REGRAS DE BANGKOK	175
12.8 O ABISMO ENTRE AS REGRAS E A REALIDADE. O CASO DO BRASIL..	177
12.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	179

Capítulo XIII

O PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	181
13.1 INTRODUÇÃO.....	181
13.2 O PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	184
13.3 O PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E O QUADRO PERVERSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	186
13.4 A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	188
13.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	195

Capítulo XIV

AS ALTERNATIVAS À PRISÃO E A PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE	199
14.1 INTRODUÇÃO.....	199
14.2 AS ALTERNATIVAS PENAIS E A PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE.....	200

14.3 AS ALTERNATIVAS PENAIS E SEUS BENEFÍCIOS.....	203
14.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206

Capítulo XV

O RASTREAMENTO ELETRÔNICO A DISTÂNCIA	209
15.1 INTRODUÇÃO.....	209
15.2 UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL.....	211
15.3 A TECNOLOGIA E AS OPÇÕES DE USO	212
15.4 AS CENTRAIS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	213
15.5 O JUIZ DE EXECUÇÃO PENAL.....	215
15.6 O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁ- RIA	215
15.7 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO MONITORAMENTO	217
15.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218

Capítulo XVI

EM DEFESA DOS HOMENS LIVRES E DOS ENCARCERADOS.....	219
16.1 INTRODUÇÃO.....	219
16.2 O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	222
16.3 A DEFENSORIA PÚBLICA NO FIRMAMENTO PRISIONAL.....	222
16.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224

Capítulo XVII

O DESAFIO ESTÁ SERVIDO.....	227
17.1 INTRODUÇÃO.....	227
17.2 VISITANDO PRISÕES.....	227
17.3 O ROSTO SOMBRIO DA REALIDADE PRISIONAL.....	228
17.4 ESCRIVENDO SOBRE PRISÕES E SEUS MALEFÍCIOS.....	230
17.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS/RECOMENDAÇÕES.....	230

REFERÊNCIAS	239
--------------------------	------------

GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTRANGEIROS.....	249
----------------------------------------------	------------

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	259
-------------------------------	------------